



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 13/01/2015

Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, em convocação para realização no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo segmento dos Usuários – Sr. Eduardo Novais de Souza (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ); Sr. Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD); Sra. Ianê Germano de Andrade (Instituto Afro Brasil Cidadão - IABC); Sra. Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM); Sra. Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); Sr. Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); Sra. Maria Alice Gunzburger Costa Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Sr. Alessandro de Melo Motta (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Sr. Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); Sr. Mauro André dos Santos Pereira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e Sr. Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos Profissionais de Saúde – Sra. Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ); Sra. Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ); Sra. Vivian Peixoto Nogueira (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro - SINDENRJ); Sr. Francisco Cláudio de Souza Melo (Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro - SINFAERJ); Sr. José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro - SINMED); Sr. Diego de Faria Magalhães Torres (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no RJ - SINFITO) e o Sr. Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços – Sr. Daniel Ricardo Soranz Pinto (Secretaria Municipal de Saúde); Sr. David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Sr. Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) e o Sr. Hiram Silveira Lucas (Hospital Mário Kröeff). A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ) do Rio de Janeiro iniciou-se tendo como pauta 1) Deliberação da Ata de 11/11/2014; 2) Deliberação dos processos: **09/002751/2014**. Assunto: Hospital Federal de Bonsucesso. Habilitação de 12 (doze) leitos como Unidade de Tratamento Neonatal - UTIN Tipo III - **AP 3.1; 09/000227/2013**. Assunto: Habilitação de 35 (trinta e cinco) leitos de UTI da Coordenação de Emergência Regional do Leblon - CER - **AP 2.1; E08/0014.624/2014**. Assunto: Hospital Maternidade Herculano Pinheiro. Habilitação de 04 (quatro) leitos como Unidade de Tratamento Neonatal - UTIN Tipo II - **AP 3.3; 09/001767/2014**. Assunto: Cadastramento da Residência Terapêutica Tipo I, situada na Avenida Dom Helder Câmara nº 9520 aptº 206, Quintino Bocaiúva/RJ, vinculado ao Centro de Atenção

Psicossocial CAPS Rubens Correa - **AP 3.3; 09/003194/2013**. Assunto: Hospital Municipal Ronaldo Gazolla. Habilitação de 10 (dez) leitos de Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal - **AP 3.3 e 09/004185/2014**. Assunto: Projeto de Ampliação das Equipes de Consultório na Rua na Cidade do Rio de Janeiro - **AP's 3.1, 3.2 e 5.3** - 20 minutos; **3)** Aprovação do Regimento Interno da Comissão Executiva - 30 minutos; **4)** Comissão de Educação Permanente - 30 minutos; **5)** Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 20 minutos; **6)** Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos; **7)** Informes do Colegiado - 30 minutos. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** inicia a reunião às quatorze horas e trinta minutos, em segunda chamada e informa que há quórum para que a reunião seja iniciada. Informa que o presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ) esteve presente até este momento, mas precisou ausentar por causa de outros compromissos. Informa também que a coordenação da Mesa será composta pelos Conselheiros **Maria de Fátima Gustavo Lopes (usuário)**, **Ianê Germano de Andrade (usuário)**, **José Antônio Alexandre Romano (profissional de saúde)** e **David Salvador de Lima Filho, substituindo a Conselheira Patrícia Albuquerque Ferreira (gestor/prestador)**, que está em outra reunião. Passa a coordenação da Mesa à Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes e lembra que esta é a substituta do presidente do CMS/RJ. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, coordenadora da Mesa e do segmento de usuário, representante do CDS da Área Programática (A.P.) 3.1**, agradece a confiança de todos pelo trabalho a que foi eleita e afirma que permanecerá com a mesma postura que teve até hoje. O **Secretário Executivo do CMS/RJ e Conselheiro David Salvador de Lima Filho** lembra que não é permitido celulares durante esta reunião e que a ata do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze foi distribuída aos presentes. Lê a pauta da reunião descrita acima. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto do segmento profissional de saúde e representante do Sindicato dos Assistentes Sociais** interrompeu a fala do Secretário Executivo e Conselheiro David Lima dizendo que foi falado em trinta e cinco leitos da Coordenação de Emergência do Leblon e pergunta que coordenação é esta e onde fica isso. A **coordenadora da Mesa** explica que o CER fica ao lado do Hospital Municipal Miguel Couto e que é uma unidade de emergência ampliada, mas que é preciso o credenciamento desses leitos para colocá-los em funcionamento. Após este esclarecimento, pergunta se todos estão esclarecidos em relação a pauta. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto**, indagou em relação à ampliação das equipes de Consultório na Rua na Cidade do Rio de Janeiro, quantas existem hoje. A **coordenadora da Mesa** fala que é preciso primeiro aprovar a pauta e quando chegar a este ponto, esta dúvida seja colocada, uma vez que este não é o momento para isso. Põe a referida pauta em votação e como não há manifestação em contrário, informa que a **pauta está aprovada**. Passa-se a pauta. **1)** Deliberação da ata de 11/11/2014 - A **coordenadora da Mesa** lembra que todos já receberam esta ata e põe em votação sua aprovação. Informa que há apenas uma abstenção e que a **ata está aprovada pela maioria simples**. Passa-se ao próximo ponto. **2)** Deliberação dos processos: **09/002751/2014**. Assunto: Hospital Federal de Bonsucesso. Habilitação de 12 (doze) leitos como Unidade de Tratamento Neonatal - UTIN Tipo III - AP 3.1. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lembra que todos os processos foram analisados e aprovados em suas referias A.P's e pela Comissão Executiva. Pergunta se há alguma dúvida em relação a este processo. Conselheiro que não se identificou fala que tem dúvidas em relação a todos os processos que tratam de abertura de novos leitos e diz que há um grande déficit de recursos humanos para atender aos leitos já existentes e que com a abertura de novos leitos esse déficit . O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** explica que estes leitos já existem e já atendem ao SUS e, neste momento, eles estão sendo apenas regulamentados. Conselheiro que não se identificou novamente pergunta se há profissionais para atender a estes leitos e o coordenador da Mesa

explica que sim. Prosseguindo o mesmo Conselheiro que não se identificou anteriormente disse que quer avaliar isto e pede vista de todos os processos citados nesta pauta. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano do segmento profissional de saúde e representante do Sindicato dos Médicos** assume a palavra explicando que quando há pedido de ampliação de leitos, cada regional recebe os nomes dos profissionais e seus currículos para saber se há como haver ampliação e para que esteja de acordo com a Portaria do Ministério da Saúde. Reitera que todo leito é aberto com essas condições e que está fazendo esclarecimento para poupar o tempo do Conselheiro que pediu vistas. Repete que estes processos já foram analisados pelos Conselhos Distritais responsáveis e que a Comissão Executiva também os avaliou e que sabe da existência do déficit de profissionais, mas que para estes leitos, os profissionais estão vinculados e constam nos próprios processos. Conselheiro que não se identificou anteriormente fala que mantém as vistas solicitadas uma vez que os Conselheiros podem não estar tão cientes das leis e da quantidade de profissionais que devem existir, principalmente em relação à fisioterapeutas nas UTI's neonatal. Diz que esta é uma legislação recente e quer exercer o direito de Conselheiro de verificar se está tudo de acordo com a lei. A **coordenadora da Mesa** fala que ele está em seu direito, mas reitera que esta avaliação já foi feita. O **Conselheiro Eduardo Novais do segmento usuário e representante da FAFERJ** fala que foi dito que os processos passam pelos Conselhos Distritais e pela Comissão Executiva do CMS/RJ antes de chegarem ao pleno e pergunta como os Conselheiros podem ter acesso ao início destas avaliações de processos nos Conselhos Distritais. Afirma que avaliar um processo deste tamanho durante a reunião, como está previsto no regimento é inviável e que, sendo assim, gostaria de acompanhar todo o trabalho de avaliação para que não seja preciso pedir vistas. Fala que os Conselheiros devem ter o direito de acompanhar estas análises nos Conselhos Distritais e que todos deveriam ser informados de quando estas análises ocorrem para quem quiser ir até os Conselhos Distritais participarem disto. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que já havia explicado que as vistas podem ser pedidas a partir do momento em que o Conselheiro recebe a pauta da reunião, o que ocorre dias antes da mesma e que, conforme o Regimento, às vistas devem ser apresentadas até o fim da reunião e que, sendo assim, o tempo de avaliação e de preparação das vistas é o Regimental. O **Conselheiro Eduardo Novais**, pergunta se as reuniões dos Conselhos Distritais são abertas ou fechadas e a **coordenadora da Mesa** explica que são abertas. Ele então, pergunta quando elas ocorrem e fala que quer estar presente. Fala que quer ser informado de quando estes processos são avaliados nas reuniões dos Conselhos Distritais e repete que quer estar presente a elas. Nesse momento ocorre um burburinho no auditório. O **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira, do segmento de usuário e representante do CDS da AP 5.3** assume a palavra informando que esta situação precisa ser resolvida e que nos meses de janeiro as reuniões do CMS/RJ e dos Distritais são aprovadas e que basta o Conselheiro buscar esta informação e estar presente quando quiser. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto** fala que os Conselhos Distritais são braço do CMS/RJ e que cada Conselho Distrital tem um conselheiro titular e um suplente. Diz que quando estes processos chegam aos Conselhos Distritais, há sempre um grupo de Conselheiros para ir até o local fazer a avaliação e, após aprovar ou não, encaminham o parecer ao CMS/RJ para que a Comissão Executiva avalie as considerações do Conselho Distrital. Afirma que este processo sempre foi feito desta forma e repete que os Conselhos Distritais são parte do CMS/RJ e que isso não deve ser esquecido. Diz que é Conselheira Municipal mas que não tem voto nos Conselhos Distritais e que não há sentido em acompanhar os Conselheiros Distritais neste trabalho, mas fala que este é um processo de avaliação que segue encaixado e que os passos dos processos sempre foram seguidos. Afirma que o pleno do CMS/RJ aprovou que as avaliações fossem feitas desta forma e que quando isso foi

feito fica claro que o trabalho está interligado. Fala que costuma ter dúvidas sobre muitas coisas mas que este é um caminho amplamente divulgado e que não é possível que se atrase todo um encaminhamento, que já existe, por causa de dúvidas particulares de um Conselheiro. Fala que esta vista deveria ter sido pedida quando a pauta foi recebida e que o voto dela é pela aprovação dos processos. A **coordenadora da Mesa** dirige-se ao Conselheiro Eduardo Novais e fala que sabe que ele é novo no CMS/RJ e explica que, diferente do que ocorre no Conselho Estadual de Saúde (CES), onde ele também é Conselheiro, no CMS/RJ os Conselhos Distritais ocupam um papel importante de acompanhamento. Fala que há comissões de acompanhamento no CMS/RJ para que este tipo de trabalho seja feito. Explica que os presidentes dos Conselhos Distritais fazem este trabalho de avaliação e que a equipe técnica está sempre a disposição para auxílio quando for preciso, assim como a Secretaria Executiva do CMS/RJ. Prossegue informando que os Conselhos Distritais tem presidente e comissões, assim como o CMS/RJ e que, no caso da A.P 3.1 as reuniões ocorrem sempre nas terças e quartas feiras do mês e que elas são abertas a quem quiser frequentar. Diz que tudo é feito às claras. O **Conselheiro Eduardo Novais** fala que está esclarecido. A **coordenadora da Mesa** põe em votação o processo **09/004185/2014. Processo aprovado, sem abstenção e sem votos em contrário pela maioria simples.** A **coordenadora da Mesa** fala que houve pedido de vista sobre todos os outros processos e, sendo assim, passa-se ao próximo ponto. **3) Aprovação do Regimento Interno da Comissão Executiva - O Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** explica que, segundo o Regimento Interno do CMS/RJ, toda vez que uma Comissão Executiva é eleita, é preciso que se apresente o Regimento desta Comissão para aprovação do pleno e que isto será feito neste momento. Diz que isso é feito todo ano e que será feito novamente. Apresenta o Regimento em telão para os presentes e faz sua leitura. Ao final da leitura, a **coordenadora da Mesa** pergunta se este Regimento pode ser posto em votação. A **Conselheira Maria José Peixoto** fala que às vezes as coisas são feitas sem se pensar no outro. Diz que é a primeira vez que os suplentes não terão direito a estar na reunião da Comissão Executiva, mesmo sem direito a voz ou voto, mas mantendo a presença. A **coordenadora da Mesa** explica que agora a Comissão Executiva elege apenas os titulares e que os suplentes nesta comissão são os suplentes do Conselheiro no CMS/RJ. Diz que, sendo assim, não há dificuldade em relação a isso. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que o artigo fala em titulares, suplentes, secretário executivo e convidados e que convidados quer dizer justamente isso que está sendo solicitado pela Conselheira Maria José Peixoto. A **Conselheira Maria José Peixoto** fala que suplente é uma coisa e convidado é outra e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** assume a palavra explicado que se enquadra em convidado por não votar e nem falar. A **Conselheira Maria José Peixoto** fala que não está certo e foge ao espírito da reunião o suplente não poder participar. Diz que são duas conotações diferentes. O **Conselheiro Eduardo Novais** assume a palavra e saúda a iniciativa da Conselheira Maria José Peixoto e fala que também notou que a reunião da Comissão Executiva é fechada e que neste momento agradece à esta Comissão por tê-lo deixado participar e até falar nesta reunião e que agora entende que isto foi uma exceção. Diz que o suplente deve existir para substituir o titular e, para que ele exerça esta função, deve estar a par dos acontecimentos e discussões e sendo assim, ele deve poder participar das reuniões, mesmo na presença do titular. Fala que entende que a Comissão Executiva deve fazer suas reuniões abertas a todos os Conselheiros como ouvintes e aos suplentes, com direito a voz. O **Conselheiro Alessandro de Melo Motta do segmento usuário e representante do CDS da A.P. 3.3** fala que a Comissão Executiva é órgão organizador das reuniões plenárias e que seus membros são eleitos pelo pleno. Diz que se começar a abrir a todos, vira uma reunião plenária e que isso não faz sentido. Afirma que se o titular não pode estar presente, o substituto é avisado e comparece e que assim se deu sempre. Fala

que é pressuposto que os Conselheiros suplentes sejam sempre informados sobre o que acontece e que isso depende da responsabilidade de cada Conselheiro. Lembra que a representação é da Entidade e não da pessoa e que se a Entidade está representada na reunião, não vê o motivo da discussão. Conselheiro que não se identificou fala que segundo o Regimento os suplentes podem falar e que se não pode mais falar não faz sentido estar presente às reuniões. Diz que os suplentes devem poder participar das reuniões com voz e que esse assunto merece uma atenção maior do que isso. Afirma que se não for desta forma, ele se retira por não ver motivo de estar presente. Neste momento ocorre um burburinho no auditório. A **coordenadora da Mesa** fala que os suplentes sempre puderam falar nas reuniões do CMS/RJ e o que está sendo tratado aqui são as reuniões da Comissão Executiva do CMS/RJ e que estas nunca foram abertas e que nunca fez sentido o titular e o suplente estarem presentes. Repete que as informações das reuniões devem ser repassadas pelo titular e que isso é de responsabilidade do conselheiro titular. Acrescenta que esta discussão não cabe neste momento e que os Conselheiros devem ou não aprovar o Regimento apresentado e que, em caso de não aprovação, devem apresentar uma proposta de novo Regimento Interno da Comissão Executiva do CMS/RJ. O **Conselheiro Marinaldo Silva Santos do segmento Profissional de Saúde e representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI**, fala que os Conselheiros representam Entidades que representam a sociedade e que, sendo assim, não pode ser fechado. Diz que, embora organizativo, entende que os encontros da Comissão Executiva podem ser abertos a quem quiser observar os trabalhos e que fazer uso ou não da palavra é uma questão a ser vista no momento. Afirma que se a reunião for fechada, fica parecendo arbitrariedade e que este espaço é sempre democrático e deve ser assim em todas as instâncias do CMS/RJ. Diz que se há um processo que interessa a sua categoria sendo tratado na reunião da Comissão Executiva não vê motivo em não dar direito a voz. Fala que está havendo uma proposição de mudança ao Regimento apresentado. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano** fala que uma Comissão Executiva foi eleita pelo pleno e que cada segmento elegeu quem lhes era de agrado. Disse que a convivência no CMS/RJ é pacífica mas que poderia não ser assim. Diz que não se trata de democracia, mas que as reuniões do pleno são abertas a todos e que não faz sentido que as da Comissão Executiva também sejam. Afirma que as coisas devem ser cumpridas e que as representações são das Entidades. Conta que em uma determinada reunião, o Secretário de Saúde falou e ele disse que não poderia falar uma vez que seu representante estava presente à reunião. Diz que sofre por isso até hoje, mas que as coisas devem ser cumpridas. Afirma que o Regimento apresentado deve ser mantido e que se o Conselheiro quer passar a ser titular deve solicitar isso junto a sua Entidade e não querendo participar de reuniões onde seu titular esteja. Acrescenta que este tipo de coisa atrapalha sim o andamento das reuniões e que o pleno existe para que todos tenham voz. O **Conselheiro Eduardo Novais** pede questão de Ordem e pergunta se será encaminhada a mudança deste artigo. A **Conselheira Angela de Lamare do segmento gestor e representante da Secretaria Municipal de Saúde – SMS** afirma que concorda com o Conselheiro Romano e lembra que a Comissão Executiva não resolve nada uma vez que todas as decisões são tomadas pelo pleno, em reuniões abertas a quem quiser participar. Disse que se a reunião da Comissão Executiva for realizada com quarenta pessoas, nada poderá ser organizado e nenhuma reunião do pleno será feita por total falta de encaminhamento. Afirma que os processos ficam a disposição dos Conselheiros no CMS/RJ e que eles não precisam ser analisados durante as reuniões da Comissão Executiva. Pede que cada um reflita para que este CMS/RJ consiga continuar a trabalhar de forma produtiva e harmoniosa, onde os embates são apenas em prol da saúde e do CMS/RJ e sempre de forma respeitosa. Diz que quem já participou da Comissão Executiva sabe que não dá para ficar com quinze pessoas em uma sala para tomar

decisões e que isso atrapalha a todos. Pede a reflexão de todos para que os trabalhos da Comissão Executiva continuem a ser feito de forma democrática e lembra que a Comissão Executiva foi eleita pelo pleno. Neste momento ocorre um burburinho no auditório. O **Conselheiro Eduardo Novais** pede questão de Ordem e fala que a questão não é ganhar ou perder uma proposta e sim, levar ao debate um assunto levantado por vários Conselheiros. Pede que a Mesa encaminhe o ponto que está sendo discutido. Diz que foi levantado um questionamento sobre um artigo e que este artigo deve ser votado e deliberado separadamente. Pergunta se este artigo vai ser mantido ou não e que isso deve ser votado antes de se aprovar ou não o Regimento apresentado. A **coordenadora da Mesa** acata e põe em votação o Parágrafo Único do Artigo 5º do Regimento apresentado. Proposta 1) Manutenção da redação do Regimento, tendo os seguintes resultados: conforme apresentada – 12 votos . 2) Alteração da redação do Regimento apresentado - 05 votos. 3) Abstenção – 04 votos. O **Conselheiro Ludugério Antonio da Silva do segmento usuário e representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1** declara seu voto e fala que está nesta luta há muitos anos e que é preciso haver avanço. Diz que vê algumas discussões que não levam a lugar nenhum e que não melhoram a situação dos pacientes que estão nas filas sem conseguir marcar consultas. Fala que as vaidades devem ser deixadas de lado e que a população é que deve ser a principal preocupação dos Conselheiros. A **coordenadora da Mesa** fala que este ponto está encerrado e que o **Regimento apresentado está aprovado pelo pleno**. Passa-se ao próximo ponto. **4) Comissão de Educação Permanente – A coordenadora da Mesa** e coordenadora desta Comissão diz que não há nada a ser tratado. Passa-se ao próximo ponto. **5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde – A coordenadora da Mesa** chama todas as Comissões do CMS/RJ e seus coordenadores informam que não há nada a ser tratado. Passa-se ao próximo ponto. **6) Informes da Secretaria Executiva do Conselho – O Secretário Executivo do CMS/RJ David Lima** informa que na próxima quinta feira, dia quinze de janeiro, às quatorze horas ocorrerá a primeira reunião da Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Saúde. Informa que as Conferências Distritais devem ocorrer entre abril e junho e as municipais em junho e acrescenta que este cronograma foi apresentado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Neste momento ocorre um burburinho no auditório. Prosseguindo informou ainda que o calendário das reuniões ordinárias do CMS/RJ neste ano permanecerão sendo às segundas terças feiras do mês e que isso só não ocorrerá se houver algum motivo maior. Fala que todos os Conselheiros receberam este calendário no credenciamento. Ocorre outro burburinho no auditório. **7) Informes do Colegiado – O Conselheiro João Menezes do segmento usuário e representante suplente do Conselho Distrital de Saúde da A.P. 3.3** fala que é suplente e que não tem direito a voto no CMS/RJ mas que quer dar sua colaboração para a saúde do município e em especial à área que representa. Informa que foi produzida uma cartilha que deveria ser distribuída em eventos grandes, como as Olimpíadas e afirma que este é, possivelmente, o maior evento já realizado na cidade. Afirma que, além disso, existia uma proposta de que houvesse um curso de primeiros socorros para a população estar preparada para este tipo de evento. Diz que um evento grande deve ter uma população preparada para quaisquer situações de saúde que possam ocorrer. Fala que médicos poderiam dar cursos de primeiros socorros para o caso de uma emergência durante um evento deste porte. Fala que pode participar desta comissão para entrar em contato com quem deve ser para que este curso possa sair do papel e para que os turistas saiam do Rio de Janeiro com uma boa impressão. Diz que as pessoas não costumam prever que coisas ruins possam acontecer e fala que ninguém imaginou que poderia ocorrer o que ocorreu na França, mesmo que um cidadão tenha avisado dos perigos. Afirma que é preciso estar preparado. A **Conselheira Maria José Peixoto**, fala que o ano de dois mil e quinze já começou e deseja a todos um feliz ano novo e diz que espera que as conferências sejam

realizadas de maneira produtiva para os Conselheiros, a população e o melhor atendimento aos usuários do SUS e lembra que já fez esta proposta em outubro e que a idéia pareceu ser bem aceita e que está repetindo agora neste novo ano. Fala que sabe que este é um ano de conferências, mas entende que esta discussão não pode ser adiada para mais um ano. Afirma que a situação da saúde no município é caótica e que o Hospital Getulio Vargas é um exemplo disto. Diz que para quem está aqui isto pode não ser nada, mas para o cidadão é muita coisa e é coisa grave. Afirma que fez uma visita a um hospital público e viu pessoas sentadas em macas e comendo sentadas no chão e que isso é um absurdo. Fala que é preciso sentar e discutir e juntar forças para saber o que será feito para que este tipo de situação não ocorra nunca mais com ninguém em lugar nenhum. Repete que é preciso unir forças para que o usuário do SUS seja melhor atendido e para que a saúde no município seja de qualidade. Fala que a sociedade são todos e que não é possível continuar da forma que está. O **Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** informa que a reunião ordinária do Conselho Distrital do qual faz parte ocorre sempre às primeiras quintas feiras do mês. Fala que na última reunião foi aprovado um estudo em relação à questão da CSA para que recebam a licença definitiva e lembra que esta empresa causou transtornos para esta região. Diz que será encaminhado ao CMS/RJ um relatório sobre este assunto e que o Ministério Público, a prefeitura e algumas ONG's estão trabalhando nisso para que estes transtornos sejam sanados. O **Conselheiro Eduardo Novais** fala que tem uma recomendação do Conselho Estadual e Saúde (CES) e diz que é Conselheiro Estadual também. Diz que o Conselho Municipal indicou um representante da região da Metropolitana I e que as coisas estão se desenrolando no CES. Conta que na última reunião ordinária do CES foi apresentado um plano para que a Secretaria de Administração Penitenciária utilizasse um recurso que estava congelado e o CES tem um representante lá. Conta que neste plano, apenas um dos pontos diz que a Secretaria teria que alugar uma geladeira ao custo de dez mil reais cada. Lembra que isso é dinheiro público e que este plano já foi aprovado no CES. Pergunta como o CMS/RJ vai interagir com representantes do CES e desta secretaria em relação a este tipo de coisa. Fala que o CMS/RJ fica preocupado em como a SMS usa os recursos e não pode permitir que a SES gaste desta forma. Propõe que a Comissão Executiva do CMS/RJ convide um representante do CES para fazer este tipo de esclarecimento e para explicar as posições tomadas lá. Fala que o Conselheiro do CMS/RJ que está no CES deve vir a este pleno explicar este tipo de coisa uma vez que ele representa toda a região Metropolitana I e que isso inclui o município do Rio de Janeiro. Explica que trata-se do Conselheiro Miguel, do Conselho Municipal de Saúde do município de Seropédica e reitera a solicitação de que ele venha a uma reunião deste CMS/RJ prestar esclarecimentos. Pede que a Comissão Executiva delibere sobre isto. O **Conselheiro Mauro Pereira do segmento usuário e representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2**, informa que o Conselho Distrital a que ele representa teve eleição e agora é presidido pelo Conselheiro Jorge Luiz Mateus. Informa que no último ano houve a realização de visitas pela Agenda 21 da Unesco. Conta que passou-se por vários bairros e que das mais de quinhentas propostas apresentadas, duzentas eram a respeito de saúde e de educação em saúde. Fala que gostaria de conversar com representantes da comissão de educação em saúde do CMS/RJ por entender que seria interessante este diálogo. Explica que técnicos da SMS participam desta discussão, mas acha importante que Conselheiros também participem. Diz que houve uma oficina com crianças em Padre Miguel e que eles escolheram cinquenta questões ligadas a saúde e que isso mostra a importância do tema. Reitera a necessidade da participação dos Conselheiros neste Projeto e fala que está à disposição de todos para falar mais sobre isso. A **Conselheira Angela de Lamare** informa que houve uma substituição na Secretaria de Urgência e Emergência e que o Doutor João Luis se afastou do cargo e foi substituído pelo Doutor Mauro, que trabalhava no Hospital Lourenço Jorge e que assume, assim esta

Subsecretaria de Atenção Hospitalar. Informa ainda que a SMS está em período de planejamento e que está havendo muitas reuniões das secretarias e subsecretarias e que por este motivo, o Doutor Mauro não veio pessoalmente se apresentar. Fala que muitos Conselheiros já o conhece e conhecem seu trabalho e lembra que ele é acessível a todos e que a qualidade do trabalho será mantida. A **coordenadora da Mesa** fala que, como acabaram os informes e os pontos de pauta, retorna-se ao Item 2 da pauta, uma vez que houve pedidos de vista sobre os processos. Pergunta ao Conselheiro representante do Sindicato dos Fisioterapeutas que pede desculpas por não ter solicitado as vistas no tempo em que isso deveria ser feito, que seria quando ele recebeu a pauta da reunião. Fala que é a favor da aprovação da criação de novos leitos, mas que é preciso saber se os recursos humanos dispostos existem para que esses leitos sejam criados. Diz que no processo referente ao Hospital de Bonsucesso, não fala em fisioterapeutas noturnos e que no CER, onde são trinta e cinco novos leitos, só há um fisioterapeuta para o plantão noturno. Afirma que isso descumpra a Resolução da ANVISA. Fala que no Hospital Maternidade Herculano Pinheiro são quatro leitos na UTI e não há previsão de contratação de fisioterapeuta. Acrescenta que no que diz respeito ao Hospital Municipal Ronaldo Gazolla o processo está correto uma vez que está prevista a contratação de cinco fisioterapeutas e que isso atende às resoluções legais. Fala que todos os processos deveriam seguir o exemplo deste. A **coordenadora da Mesa** pergunta se ele está contra a aprovação ou se está fazendo observações e o Conselheiro afirma que são observações, mas que vota pela aprovação dos processos. Neste momento, ocorre um burburinho no auditório. O **Conselheiro Eduardo Novais** assume a palavra dizendo que sempre que tiver necessidade de esclarecimento o fará e pergunta ao Conselheiro que pediu as vistas, se a orientação é de que os processos sejam aprovados e ele diz que sim. Pergunta à Mesa se a aprovação se dará normalmente ou com ressalvas e como é o desdobramento disto. Questiona se os Conselheiros deverão fiscalizar se as observações feitas foram atendidas. A **coordenadora da Mesa** explica que o Conselheiro que pediu vista dos processos afirmou que é a favor da aprovação dos processos como eles estão, mas que será registrado em ata as observações feitas por ele. Acrescenta que nos próximos processos as observações sejam levadas em conta. O **Conselheiro Eduardo Novais** fala que sendo assim, serão aprovados os processos que não cumprem Resoluções e que deveriam ser cumpridas sempre e que os recursos humanos não estarão dentro da lei. Pergunta quando estes recursos humanos serão atendidos. A **Conselheira Sheila Marino do segmento profissional de saúde e representante do Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro** fala que não participou diretamente da avaliação dos processos mas que não há também fonoaudiólogos suficientes nas equipes e sabe que é difícil atender a todas as demandas. Disse que é a favor da aprovação dos processos e que seja ampliado o número de profissionais que serão contratados para que as equipes estejam completas. O **Conselheiro José Antonio Alexandre Romano** fala que leu os processos e que notou que a FIOTEC não existia mais no CER do Leblon. Disse que o processo demora tanto que, provavelmente, os médicos citados nem estão mais nessas unidades. Conta que conversou com o Diego e que a posição correta seria a de pedir para devolver os processos uma vez que todo leito de CTI aberto deve ter o número mínimo de profissionais exigidos por lei para que o atendimento ao usuário não seja prejudicado. Afirma que a falta de profissionais pode levar à morte de pacientes e que isso é uma questão muito séria. Diz que é importante que se amplie a assistência mas que isso não pode ser feita de qualquer maneira. Fala que assume sua culpa de ser da Comissão Executiva do CMS/RJ e que conhecia esses processos, uma vez que alguns são antigos e que ainda assim encaminhou para aprovação. Repete que cada profissional tem sua função dentro de um CTI e que isso não pode não ser levado em conta. Afirma que os órgãos da secretaria sabem disso e que os sindicatos dos profissionais de saúde devem registrar que não

compactuam com a falta de profissionais nos leitos acrescidos em cada unidade. Prosseguindo disse que reitera que é a favor da abertura de novos leitos mas que isso não pode atrapalhar no atendimento a população. Sugere a aprovação destes processos que estão sendo tratados agora da forma que estão, mas que essas observações sejam registradas para que a SMS passe a atender às Resoluções necessárias. A **coordenadora da Mesa** diz que, sendo assim, os processos podem ser postos em votação. Pergunta se pode ser votado em bloco e não há objeção, colocando os processos em regime de votação. Resultado da votação: **Processos aprovados pela maioria simples**. O **Conselheiro Eduardo Novais** declara seu voto para registrar que a FAFERJ irá monitorar a questão dos recursos humanos e não apenas os processos futuros mas também nesses que foram aprovados. Afirma que considera a fala do Conselheiro José Antonio Alexandre Romano incoerente uma vez que ele afirma saber que faltam recursos humanos e ainda assim aprova o processo de abertura de leitos, mesmo sabendo a importância da falta desses profissionais. Diz que se sente entre a cruz e a espada, pois ou é responsável pela não aprovação da abertura de leitos ou é responsável pela possível morte de paciente pela falta desse profissional. A **coordenadora da Mesa** fala que a Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes chegou agora com uma questão e que precisa levar ao pleno. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** interrompe, pedindo desculpas e afirma que não é assim que as coisas devem funcionar. Fala que não é questão de ser democrático e que é preciso seguir o Regimento. A **coordenadora da Mesa** fala que entende isso e que também ia fazer uma fala quebrando o protocolo, mas que então, não o fará. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** afirma que o Regimento deve ser seguido ou as reuniões serão intermináveis. Disse que outros Conselheiros pediram para falar e que não foram abertas exceções. A **coordenadora da Mesa** disse que esta é a primeira vez que conduz uma reunião do CMS/RJ e agradece a colaboração de todos e fala que nas próximas será melhor. Não havendo mais nada a ser informado é encerrada a reunião às dezesseis horas e dez minutos e eu **Wagner Ubiratan Candido Alves** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** como substituta do presidente deste Conselho Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto.

Wagner Ubiratan Candido Alves

Maria de Fátima Gustavo Lopes